
**ALGUMAS NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO
ÂMBITO DA COOPERAÇÃO NORTE-SUL:
O caso específico de alguns países na África**

**SOME NOTES ON INTERNATIONAL RELATIONS IN THE
FRAMEWORK OF NORTH-SOUTH COOPERATION:
The specific case of some countries in Africa**

**QUELQUES NOTES SUR LES RELATIONS INTERNATIONALES
DANS LE CADRE DE LA COOPÉRATION NORD-SUD:
Le cas particulier de certains pays d'Afrique**

Nelsio Gomes Correia

Bacharelado em Humanidades e licenciando em Sociologia pela Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB
gomesnelsio@gmail.com

Recebido em: 13/10/2021

Aceito para publicação: 02/03/2022

Resumo

Este artigo propõe-se estudar e refletir acerca de algumas informações sobre as relações internacionais no âmbito da cooperação Norte-Sul, principalmente no caso específico de alguns países africanos. Para tanto, no que refere a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa e para produzir o trabalho, foi de caráter bibliográfica que nos possibilita obter as informações mediante as fontes secundárias que abordam, de diferentes maneiras, o tema escolhido para estudo. Entretanto, as fontes utilizadas são livros, artigos, teses, monografias, dissertações etc, assim como textos disponíveis em sites confiáveis, entre outros locais que apresentam um assunto comprovado relevante para desenvolver a nossa temática. Sendo assim, nos permite entender que o cenário internacional é calculado na desigualdade entre a cooperação das nações hegemônicas do Norte e Sul em que neste último se vê os países frágeis economicamente e politicamente em vias de desenvolvimento, sobretudo africanos no âmbito do sistema global, dependentes da ajuda externa para construção das infraestruturas estatais e na criação das políticas públicas que possibilitam a redução das tensões sociais e da fome que os povos passam. Enfim, por outro lado, a política das relações internacionais não tem uma única essência de atuação no que concerne em doação, ou seja, de amparar os países em situações de vulnerabilidade, mas sim, de financiamento e internacionalização das ideologias hegemônicas e segregacionistas e do endividamento das nações em vias de desenvolvimento.

Palavras chaves: África. Norte-Sul global. Países em desenvolvimento. Relações internacionais. Imperialismo.

Abstract

This article proposes to study and reflect on some information about international relations in the context of north-south cooperation, especially in the specific case of some African countries. Therefore, with regard to the methodology used to carry out this research and to produce the work, it was of a bibliographic nature that allows us to obtain information through secondary sources that address, in different ways, the theme chosen for study. However, the sources used are books, articles, theses, monographs, dissertations, etc., as well as texts available on reliable websites, among other places that present a proven subject relevant to the development of our theme. Therefore, it allows us to understand that the international scenario is calculated on the inequality between the cooperation of the hegemonic nations of the North and South, in which the latter sees the economically and politically fragile countries in the process of development, especially Africans within the scope of the global system, dependent on foreign aid for the construction of state infrastructures and in the creation of public policies that make it possible to reduce social tensions and the hunger that people experience. Finally, on the other hand,

the policy of international relations does not have a single essence of action with regard to donation, that is, to support countries in situations of vulnerability, but rather, of financing and internationalization of hegemonic and segregationist ideologies and of the indebtedness of developing nations.

Keywords: Africa. Global North-South. Developing countries. International relations. Imperialism.

Résumé

Cet article propose d'étudier et de réfléchir à certaines informations sur les relations internationales dans le contexte de la coopération Nord-Sud, notamment dans le cas spécifique de certains pays africains. La méthodologie utilisée pour effectuer cette recherche et produire ce travail a été de nature bibliographique, ce qui nous permet d'obtenir des informations à travers des sources secondaires qui abordent, de différentes manières, le thème choisi pour l'étude. Toutefois, les sources utilisées sont des livres, des articles, des thèses, des monographies, les dissertations, etc, ainsi que des textes disponibles sur des sites internet fiables, entre autres, qui présentent un sujet pertinent avéré pour développer notre thème. Ainsi, il nous permet de comprendre que le scénario international est calculé sur l'inégalité entre la coopération des nations hégémoniques du Nord et du Sud dans lequel ce dernier voit les pays économiquement et politiquement fragiles dans le processus de développement, en particulier les Africains dans le cadre du système mondial, dépendant de l'aide étrangère pour la construction des infrastructures de l'État et la création de politiques publiques qui permettent de réduire les tensions sociales et la faim que les peuples traversent. Enfin, d'autre part, la politique des relations internationales n'a pas pour seule essence d'agir en termes de don, c'est-à-dire de soutenir les pays en situation de vulnérabilité, mais plutôt de financer et d'internationaliser les idéologies hégémoniques et ségrégationnistes et d'endetter les nations en développement.

Mots-clés: Afrique. Global North-South. Les pays en développement. Les relations internationales. L'impérialisme.

Introdução

O foco principal deste artigo é demonstrar certas ideias acerca da política das relações internacionais no domínio da cooperação Norte-Sul, principalmente na conjuntura de alguns países africanos. Por outro sentido, visa destacar algumas informações sobre essas relações que ocorrem de forma bilateral e unilateral entre nações que situam nos continentes diferentes. Já que essa divisão entre países do Norte e Sul global pode ser levada em consideração as condições socioeconômicas, históricas e políticas dos países. Contudo é perceptível que existem muitas diferenças econômicas e sociais entre os países de cada grupo.

No decorrer do debate procuramos compreender como funciona as Relações Internacionais no cenário da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento que tem como um dos objetivos principais, financiar os projetos e programas para o desenvolvimento de vários setores dos países no Sul Global em especial alguns países da África. Nesta perspectiva, numa das seções do artigo, vamos tratar dos investimentos feitos nessa cooperação por EUA e China em alguns países no continente africano.

Vale enfatizar que a intenção deste trabalho não é tratar de todas relações internacionais e nem da cooperação Norte-Sul, mas sim, pretende discutir algumas notas acerca desse processo em que se envolve alguns países africanos.

Nesta essência, o artigo tem como principal propósito apresentar algumas informações acerca da política das Relações Internacionais no domínio da cooperação Norte-Sul, especificamente em alguns países africanos.

Com base nisso Gonçalves (2002), salienta que historicamente desde a condecoração da sua relevância no século XX, a partir do início da Primeira Guerra Mundial o estudo das relações internacionais estavam sob controle de alguns estudiosos como: diplomatas, juristas e historiadores. Mas após esse período, houve uma mudança no cenário dos estudos de campo de relações internacionais na qual passaram a ser intrínseco e independente. Até nos dias atuais continuaram desempenhando papéis fundamentais no cenário mundial, no entanto, ganharam mais notoriedade após as duas grandes Guerras Mundiais certamente no período da descolonização dos países do Sul então chamados de “Terceiro Mundo” que depararam com dificuldades financeiras acarretadas pela política colonial e necessitavam de ajuda para suprimir as tensões sociais que cercam esses Estados recém independentes.

No outro âmbito, a política das relações internacionais surgiu-se para criar e fortalecer as relações diplomáticas entre as nações desenvolvidas e em vias de desenvolvimento especialmente as que foram devastadas pela política imperialista e capitalista das nações eurocêntricas cuja a intenção é criar programas de ajuda para o desenvolvimento dos países em situações crises econômicas, políticas e de vulnerabilidade social. Entretanto, alguns países que recebiam ajuda por parte dos outros, ao longo do tempo passaram a ser recipiendários e doadores ao mesmo tempo e assim prosseguiram com a mesma política de ajuda mútua para as nações que necessitavam de libertar-se do colapso em que se encontram.

Foi nesse cenário de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) formado por países capitalistas ocidentais, “países comunistas” e dos que são chamados de “terceiro mundo”, estes últimos que enfrentaram as consequências mediante a invasão colonial que arrastou essas nações para a condição de dependência econômica financeira dos organismos internacionais. Em virtude das circunstâncias da globalização e do neoliberalismo que defende a liberdade absoluta de mercado e a ausência da intervenção do Estado sobre a economia para regular o mercado. É evidente que em todas as cooperações interestatais ou intercontinentais existe sempre o vencedor, visto que, todos os países têm interesses em explorar e acumular lucros das outras nações consideradas frágeis politicamente e economicamente (SOUZA, 2014).

Contudo, neste período algumas nações africanas foram as mais afetadas tendo em conta as dívidas externas que acumulavam por razões de juros cobrados por organismos internacionais que apoiavam as construções das infraestruturas estatais e dos outros apoios que os países da África recebiam por parte das nações chamadas do “primeiro mundo” para a realização das eleições e outros amparos que cada líderes de alguns partidos políticos recebiam sem levar em conta os valores gigantescos que deverão pagar em juros (CASTRO, 2012).

Um breve relato histórico sobre a origem das Relações Internacionais

No raciocínio de Williams Gonçalves sobre às relações internacionais, percebe-se que os estudos acerca desta temática passaram a ter mais relevância no século XX por conta do surgimento dos estudos referentes às relações internacionais logo após a Primeira Guerra Mundial, que até então estava sob responsabilidade exclusiva dos diplomatas, historiadores e juristas, mas com o início desse mesmo período ocorreu uma mudança através dos grandes esforços e trabalhos relevantes com a essência de fazer das relações internacionais uma área de estudo próprio e independente.

De acordo com a ideia dos autores Braillard e Djalili, (apud Gonçalves, 2002, p. 5), que afirmam que “as relações internacionais podem ser definidas como o conjunto de relações e comunicações que os grupos sociais estabelecem através das fronteiras”.

Posto isto, a partir dos limites da realidade das relações internacionais, assim como constituir um aparato conceitual que surja em análise agregada no que lhe concerne, consigam possibilitar ir mais em frente das ponderações limitadas e concebidas pela “Economia Internacional, pelo Direito Internacional, pela História Diplomática e pela Política Internacional”. Uma vez que as relações internacionais começaram a ganhar mais visibilidade e condecoração e estão imensamente incompreensíveis e extensivas para serem subordinadas justas proporções determinadas por essas lógicas.

Entretanto, por outras expressões a maior instigação enfrentada pelas relações internacionais é de responsabilizar sua imprescindível multidisciplinaridade. Neste caso, pode-se frisar que todavia o estímulo foi ganho unicamente pelos estudantes ingleses ou mundo do anglo-saxão. Contudo, o saber sobre as Relações Internacionais atrai, em toda parte, o número notável de algumas entidades que de certa forma envolvem nas relações internacionais sobretudo: (“os estadistas, diplomatas, militares e acadêmicos”), isto é evidente que a produção inglesa é superior aos demais produções acadêmicas dos outros países no mundo, englobando

os países em que a prática da investigação acadêmica é mais averiguada (GONÇALVES, 2002, p.1).

Para Souza (2014), o início da cooperação internacional para o desenvolvimento iniciou-se depois da Segunda guerra mundial constituída pelas nações ocidentais da ideologia capitalista hegemônica, os países pertencentes ao grupo de regime comunista e por último que é formado por um conjunto de nações que tornaram famosas e denominadas de “terceiro mundo”.

Neste período, vários países que depararam com obstáculos num âmbito da descolonização e também foi nessa mesma época na qual ocorria as revoltas por parte dos países que sofriam a dominação colonial no que concerne em proclamações das suas independências e necessitavam de ajudas externas de organismos internacionais para assegurar suas economias e erguer as suas instituições nacionais degeneradas e enfraquecidas por motivos da invasão colonial dos países europeus.

Souza destaca que desde os anos 1960:

Os países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – cujas origens remontam à CID na forma do Plano Marshall –, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, conquanto os países do chamado terceiro mundo – ele mesmo um grupamento altamente heterogêneo – eram identificados como recipiendários (SOUZA, 2014, p. 11).

De outra forma, pode-se dizer que essa política de doação emergiu no período em que muitas nações que estavam sob o domínio colonial proclamavam as suas independências e nessa altura, estavam sem recursos ou com carências de capital suficiente para erguer as suas economias arruinadas pelo o passado colonial. Diante disso, a maioria dos países do Sul global estavam nestas condições e principalmente as nações africanas que de uma certa forma necessitavam de amparo e financiamentos para construções de infraestruturas nos seus países.

As políticas implementadas por EUA e China em alguns países na África

A China transformou-se hoje num grande concorrente através do petróleo e outras matérias primas complementando-se com as potência econômicas que já estavam determinadas como Estados Unidos, Europa, Japão dentre outros. Portanto, entre essas potências mencionadas acima, pretende-se apresentar a diferença e destacar apenas algumas políticas implementadas por EUA e China em alguns países africanos.

Na Guiné-Bissau, percebe-se que um dos principais motivos que impediram o governo norte-americano de implementar amparo político e financeiros ao programa de Reforma no Sector da Defesa e Segurança (RSDS) no país é por não concordar com a nomeação do António Indjai como Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, devido ao seu envolvimento na tentativa de golpe de Estado no passado 01 de abril de 2010 na qual originou-se na demissão e prisão imediata do Chefe de Estado-Maior Zamora Induta e assim como em seguida o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. Uma das estratégias utilizadas pela China para ter aceitação no contexto da cooperação bilateral com a Guiné-Bissau em diversas áreas como por exemplo na agricultura, infraestruturas, pesca, educação, saúde é o motivo de não interferência nos assuntos internos do país.

Uma vez instalado no poder, o Partido Comunista Chinês instituiu uma política externa voltada à promoção da coexistência pacífica com outras nações, alicerçada em cinco princípios: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos de outros países, vantagens mútuas e igualitárias, e coexistência pacífica (ALVES, 2010, p. 26).

Não obstante é entendido que não conseguiu cumprir todos esses princípios por ter financiado os movimentos revolucionários na África nos anos de 1960 e 1970, mas continua firme na sua posição e tem cooperado até hoje com os países africanos. Dentre os cinco princípios adotados, um dos seguidos e tem permanecido na agenda chinesa é a não interferência nos assuntos internos da Guiné-Bissau, desta maneira para continuar a ter acesso aos recursos naturais por meio da cooperação entre ambos.

Nesse governo de Biden, os EUA têm notado o seu enfraquecimento na cooperação com os países africanos e busca restabelecer novamente essas relações assentadas em acordos e tratados no âmbito bilateral e multilateral com os líderes africanos de diferentes países e organizações com o plano de conter os avanços da Rússia e China na África e têm mantido reuniões virtuais com líderes africanos em especial da Quênia e Nigéria e a dialogar com líderes de 10 países do continente incluindo Cabo Verde alertando sobre os riscos do apoio da China que já têm laços históricos de cooperação com este país desde a sua independência.

A partir da década de sessenta do século passado, o continente africano tem sido um dos mais beneficiados com a política de ajuda ao desenvolvimento, dado que já foram executados diversos programas, projetos e ações nos mais variados setores. Cabo Verde não constitui exceção na medida em que tem beneficiado desta ajuda. A cooperação Cabo Verde-China remonta aos primórdios da luta de libertação nacional, tendo esta relação sido somente formalizada em abril de 1976. Destaca-se aqui, em particular, a cooperação no domínio das infraestruturas, apontando, de entre outras

dezenas de construções financiadas pela China, obras como: a Assembleia Nacional, o Palácio do Governo, o Auditório Nacional, a Biblioteca Nacional, o Auditório Jorge Barbosa, o Memorial Amílcar Cabral, a Barragem de Poilão, o Estádio Nacional, a Maternidade e a Central de Consultas do Hospital Agostinho Neto e outras obras emblemáticas localizadas na capital do país (MADEIRA, 2017, p.132).

Assim sendo, na comemoração de 41 anos (1976-2017) de existência da “cooperação econômica, comercial e cultural entre Cabo Verde e a República Popular da China”, é importante e necessário refletir sobre as guias que sustentam e orientam esta cooperação entre estes dois países, assim como nas entranças que esta cooperação estabelece em especial para Cabo Verde, que durante a sua história, tem recebido muito auxílios de fora para enfrentar os empecilhos através dos programas de ajuda ao desenvolvimento que são doados por vias de donativos e empréstimos destinados para países de renda baixa.

É verificado que a China é um país emergente que mais cresce rápido no mundo desde a década de 80. Mas sentiu-se a necessidade de completar a escassez de bens primários e petróleo, por isso decidiu expandir o seu mercado para vários países do mundo principalmente para países africanos para minimizar essa carência. Diante disso, Ribeiro afirma que:

Ao contrário dos EUA, a China, na última década, tal como a Inglaterra, vem enfrentando sérias restrições a sustentação da oferta interna de matérias-primas e energia, desafio que surge após um passado de auto-suficiência. Frente a seu expressivo crescimento econômico a partir da década de 80, o país enfrenta cada vez mais o desafio de suprir sua carência de bens primários e petróleo. Desafio que vem sendo enfrentado através da expansão extraterritorial em diversas partes do mundo e, cada vez mais, em países em desenvolvimento, como os africanos. Mais do que a busca por espaços de acumulação, os objetivos de curto prazo da expansão chinesa hoje são dirigidos ao suprimento dessa carência interna por matérias primas e energia, dada principalmente a amplitude de seu mercado consumidor interno, com alto potencial de consumo (RIBEIRO, 2010, p. 19).

Essa expansão extraterritorial ajudou o país a aumentar a sua importação de matérias primas e os recursos energéticos. Mas é interessante destacar que a China utiliza o seu poder econômico para ganhar influência no mundo e por isso investe a muitos anos na construção de infraestruturas, ferrovias, estradas, redes de tecnologias móvel e participa em missões de paz para amparar na estabilidade governativa em alguns países do continente africano. Porque a China vê a África como um continente de oportunidades e não de pobreza e de riscos para fazer investimentos, os EUA e a Europa necessitam entender isso para repensarem a cooperação com os países da África. Perante essa conjuntura compreende-se em África:

A maior parte dos governos de países africanos vê grandes vantagens em fortalecer os laços com a China, pois, além da disposição em investir na construção de estradas, hospitais, pontes, escolas, ferrovias, estádios e portos e de assinar acordos bilaterais para o cancelamento de dívidas, o governo chinês, ao contrário de entidades multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial,

dispõe-se a realizar os investimentos sem condicioná-los a mudanças na política interna dos países (democracia, direitos humanos, etc.). A única condição política imposta pelos chineses é o não reconhecimento de Taiwan como nação independente (RYSDYK, 2010, p. 12).

Desta forma, é notável que a política chinesa está mais focada no acesso aos recursos naturais e sem interferir nos assuntos internos e questionar sobre os princípios éticos e morais nas negociações. O gigante asiático foca-se mais nos negócios vantajosos que são o seu maior interesse. O motivo da não interferência nos assuntos internos dos Estados africanos permitiu com que a China conquistasse a confiança dos governantes africanos e isso permitiu-lhe a realização dos negócios com benefícios e sem necessitar confrontar outras empresas ocidentais que desencorajam os investidores de manter relações comerciais com nações africanas que não cumprirem os valores e princípios fundamentais de boa governação.

No entanto, a evolução da presença chinesa em África e assim como o novo posicionamento de muitas nações africanas no sistema internacional renomado como o Renascimento Africano, da mesma maneira contribuíram para a retomada das relações de cooperação entre os EUA-África. É nesse mesmo âmbito que foi criado o “Comando Militar dos Estados Unidos para a África, o Africom, em 2007”. Contudo, a criação da Africom e as medidas de política externa dos EUA para África é importante apontar que são relacionadas não somente através da relação dos norte-americanos com a África, mas é pela integração completa dos EUA na conjuntura internacional (ADAM & SCHUTZ, 2019).

Entretanto, constata-se que esta é uma das políticas implementadas pelos EUA no continente e outros motivos para a criação de bases militares para enfrentar o terrorismo e outras violências de mão armada que ameaçam as populações. Desta maneira, percebe-se que a estrutura do sistema internacional determina a conduta de várias potências, especialmente os EUA.

Essa nova corrida para a África é a busca da influência política que a China está fazendo e os outros países da Europa e os EUA é a busca de matérias primas, minérios, petróleo e energias para se sustentarem. A China principalmente entende a marginalização da África na era de globalização neoliberal como uma oportunidade para fazer investimentos baseados na conjuntura Sul-Sul nos países africanos sem imposição político-militar e promovendo os projetos nacionais para o desenvolvimento desses países através da cooperação em vários domínios. Mas a relação sino-africana já faz séculos que tem iniciado.

A relação sino-africana tem raízes seculares, passando por períodos de intercâmbio intenso, alternados por ciclos de menor interação. Na atualidade, o interesse chinês no

continente africano está centrado em apoio político, no mercado consumidor para seus produtos manufaturados e, principalmente, em fontes de recursos naturais – com ênfase para o petróleo –, as quais possam garantir o abastecimento do país e possibilitar a continuidade do vertiginoso crescimento econômico apresentado pela China, nas últimas décadas (RYSZYK, 2010, p. 7).

Nesse âmbito, a fortificação dos laços de relações de cooperação com os países africanos que fornecem o petróleo, como no caso da Nigéria e o Sudão, é um fator muito relevante para avanço da política externa chinesa, uma vez que os governantes chineses necessitam construir planos que possibilitam aumentar a cooperação com o continente, sem ignorar a própria realidade dos países africanos em colaboração.

É interessante destacarmos que em princípio os EUA foram colonizados pelos ingleses e muito cedo conseguiram proclamar a sua independência no ano de 1783 e, todo o seu processo de desenvolvimento passou por processos de relações interestatais e possuía a sua conexão historicamente com o cenário internacional e em todo tempo foi um país cuja a política mercantilista e ambiciosa é baseada na exploração e do uso do poder militar etc.

Dessa forma, a partir da obtenção de força através do seu poder econômico e bélico possibilitou-lhe adquirir um imenso território que pertencia os outros países vizinhos e por isso influenciou bastante a emigração de povos das outras nações para Estados Unidos e com isso tem acontecido por razão da propagação do seu poder financeiro e industrial no período de 1980, a partir daí o sistema político estadunidense tem gerado conflitos internacionais entre inúmeras nações (HALLIDAY, 2007).

No entanto, logo depois da guerra os Estados Unidos possuíam uma função de relevância em sistema de institucionalização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), principalmente no que concerne a ajuda bilateral dos países em vias de desenvolvimento, após as independências fundamentalmente os países africanos pertencente ao Sul global. No decurso desse período, foram também os grandes precursores na criação de programas nacionais de ajuda internacional em países africanos em 1961, Foreign Assistance Act substituiu o marco legal anterior, o Mutual Security Act; nos anos seguintes, os termos ajuda e desenvolvimento se tornaram dependentes nos discursos e documentos oficiais do governo norte-americano (MILANI, 2014).

Por outro lado, percebe-se que os EUA de uma certa maneira decidiram comprimir com os seus integrantes sobretudo europeus para a repartição dos custos de financiamento e da política de doação para as nações africanas que se encontram em conflitos políticos partidários que culminam em gerar tensões sociais que ocasionam o clima de instabilidade na qual

impedem o crescimento econômico e a intensificação da corrupção nas instituições estatais o que acaba transformando alguns países africanos de “Estados frágeis” e de dependência econômica dos organismos internacionais no caso de Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e entre outros, cujos os juros que serão pagos a estas corporações são valores tremendas.

Segundo Castro (2012), muitas das vezes a maioria dos países não conseguiram liquidar os seus débitos, quer dizer, cumprir com as normas e as responsabilidades que reputam no decorrer do tratado com os países doadores no momento de financiamento dos projetos destes países. Com isso, percebe-se que os países ditos do primeiro mundo ou Norte global nunca querem com que os países do Sul global desenvolvessem principalmente os países africanos, visto que pretendem com que os países do Sul permaneçam na dependência financeira das nações do Norte, pois a intenção dessas nações desenvolvidas é promover os conflitos que geram o atraso econômico destes países em vias de desenvolvimento.

Vale ressaltar que, do ponto de vista dos Estados Unidos e dos países eurocêntricos tais como a França, Noruega, Suécia, Inglaterra jamais queriam alguns países do Sul receberem financiamentos dos países comunistas principalmente da cooperação e intervenção da China nesses países do Sul, sobretudo africanos, sendo que a China tem uma política diferente com os países do Ocidente e dos EUA.

De acordo Fiori (2009), com o avanço da política comercial da China, que envolvia as construções de infraestruturas, empréstimos e doações sem juros para criação de políticas públicas e outros financiamentos de projetos socialmente relevantes para o bem-estar das populações de países africanos e, como esses pactos são benéficos por parte dos líderes africanos porque visam minimizar as carências das infraestruturas estatais que atendiam as insuficiências dos cidadãos.

Todavia, ao contrário da política anticomunista dos países do Ocidente e especialmente dos EUA em defesa dos seus interesses e de grupos organizados de corporações internacionais que financiam esses países e faziam doações, por motivos de investimentos da China em alguns países africanos e da América Latina, com a entrada e a expansão dos produtos chineses nos mercados desses países, os Estados Unidos cessam os seus apoios, ou seja, põem em fim as suas doações que faziam a essas nações do Sul principalmente alguns dos países africanos que faziam cooperação com a China em que recebiam inúmeros apoios para diversas instituições estatais com ministérios de distintas funcionalidades e também bloqueiam alguns países da

América Latina como no caso da Cuba no princípio e por fim com a Venezuela mediante outras finalidades etc.

Sendo assim, a verdadeira época da emergência dos Estados e das economias nacionais e do “sistema mundial moderno” elaborado e liderado pelos europeus até meados de século XX.

Nesta mesma essência, José Luís Fiori sublinha que:

Quando sua liderança passa para as mãos dos Estados Unidos e a descolonização da África e da Ásia multiplica o número dos seus “sócios” com a criação de cerca de 130 novos Estados independentes. Marx foi o primeiro a falar da internacionalização inevitável do “regime de produção burguês”. Mas, depois dele, é possível distinguir três grandes escolas de pensamento, dentro da economia política internacional, que discutem a internacionalização do poder e do capital e o funcionamento do “sistema mundial”, a partir do século XVII: a teoria do imperialismo, de John Hobson, Rudolf Hilferding, Nikolai Bukharin e Vladimir Lenin; a teoria da “hegemonia mundial”, de Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Robert Cox; [...] (FIORI, 2009, p.168- 169).

Portanto, nota-se que em caso das relações de alguns países africanos com a China surgem efeitos benéficos por parte de investimentos nas construções de infraestruturas estatais, alguns gêneros alimentícios e entre outros, às vezes sem juros altos como no caso dos EUA e de certos países da Europa.

As Relações Internacionais fazendo o papel da política contemporânea

Entretanto, os grupos de teóricos conservadores acreditam que as Relações Internacionais são mais como uma arte do que como uma ciência, evidenciando os fatores inerentes da fenomenologia política e os elementos incontestáveis daqueles que atuam as relações internacionais na qual ocorrem distintos tratados diplomáticos interestatais e intercontinentais. Para tal, esta forma de compreensão aprimora a extensão diplomática da matéria.

Se, no tempo remoto, a teoria das Relações Internacionais lidava principalmente com a política exterior dos Estados nacionais, as inúmeras relações e a gravidade dos riscos direcionaram o trabalho dos pesquisadores em rumo ao extremo do sistema internacional universal. Dessa forma, as temáticas que mais têm relevância hoje em dia são as demandas como: “a estrutura do sistema internacional; as condições básicas para a paz; os fatores condicionantes da política exterior e as decisões que a afetam; os conflitos e as crises; os processos de integração regional e as organizações internacionais” (CASTRO, 2012, p.32).

Neste âmbito, compreende-se que o sistema internacional transitou da “bipolaridade a multipolaridade” (pluralidade) e a compreensibilidade do universo averiguado depois da guerra dos países europeus em oposição às nações socialistas, de política de blocos, enfrentamento

bipolar entre dois grandes blocos opostos durante a Guerra Fria liderados pelas superpotências de então (EUA e URSS) compara o enredamento no universo contemporâneo.

Perante esta conjuntura, como afirma Thales Castro trouxemos somente algumas razões dessa transição da comunidade internacional moderna na qual seriam esses:

a. a descolonização, que provocou o afundamento dos grandes impérios coloniais e a aparição de uma multitude de novos Estados, que mudaram as maiorias na ONU. A descolonização foi, em primeiro lugar, política (acesso à independência), depois econômica (reivindicação de uma Nova Ordem Econômica Internacional - NOEI) e finalmente cultural (despertar do Islam, reivindicação da negritude);

b. a unificação do campo da atividade diplomática. O sistema internacional inclui atualmente os cinco Continentes, é planetário e se identifica com o conjunto da Humanidade. Não faz diferença o lugar em que os fatos acontecem, pois todos eles se influenciam reciprocamente. São reforçadas as interdependências políticas, econômicas ou estratégicas entre Leste e Oeste, Norte e Sul (CASTRO, 2012, p. 33).

O processo da descolonização dos países marca o início da proclamação das independências que permite reposicionamento na agenda global em que diferentes nações de continentes distintos se cooperam e partilham experiências de desenvolvimento através das parcerias e tratados comerciais que são estabelecidos para o benefícios de ambos em cooperação. É um espaço onde todos se relacionam de forma bilateral e multilateral em que se observa a interdependências políticas e socioeconômicas assentadas na política de ajuda ao desenvolvimento.

O impacto das Relações Internacionais em África sob a lógica de desenvolvimento

Para Torres (1998), estamos aproximadamente no novo milênio, em que deixamos por trás várias ocorrências, comoventes ou pragmáticos, que definiram historicamente o contato entre a Europa e a África durante vários anos, no entanto, foi a partir dessa ligação que possibilitou a dominação da Europa sobre a África por meio da exploração, subjugação e da opressão e como os europeus tratavam os povos nativos africanos como primitivos, incivilizados e sem contribuição para o universo.

Contudo, desde as narrativas históricas dos viajantes e missionários de períodos recuados e posteriormente os estudos da etnografia conforme os padrões da colonização, durante muitos anos de luta e das aproximações africanas no período pós-independência que permutaram o eurocentrismo de então por um afrocentrismo, do mesmo modo reduzido, tanto nos textos dos autores africanos mas pacíficos e europeus que têm surgido nesses anos atuais.

Ainda assim, nesta era de globalização na qual a tecnologia empurra todas as entidades sociais gerando bloqueios à comunicação suprimindo paulatinamente assim todas as formas de diálogos no tempo e no espaço. Em outra perspectiva, os integrantes da Organização das Nações Unidas decidiram por unanimidade a Declaração do Milênio responsabilizando-se em atingir os propósitos de desenvolvimento no âmbito internacional até 2015. Desde 2001 esta iniciativa tem como “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), reduzir a grande pobreza em que as pessoas se encontram no mundo para metade, até 2015 (AFONSO & FERNANDES, 2005).

Posto isto, é possível questionarmos, se esse é a ideia do desenvolvimento que os europeus levavam para a África? Ou seja, necessitamos de seguir o modelo universalista de desenvolvimento eurocêntrico? É lógico que a doutrina eurocêntrica não desejava que existisse a pluralidade de saberes, ou seja, por outras palavras não permitia a existência de heterogeneidade de epistemologias, o ideal para Ocidente é homogeneizar todas as culturas conforme o padrão da cultura eurocêntrica como a mais avançada de todas as nações não europeias existentes em toda parte do universo.

Por conseguinte, as dívidas externas que os países africanos têm hoje em dia, emergiu por meio da relações internacionais dos estados africanos com os países ditos do primeiro mundo principalmente as nações europeias e os Estados Unidos da América, cuja a finalidade desses países desenvolvidos e inseridos no conjunto de nações doadores através dos programas de ajuda para o desenvolvimento das nações em vias de desenvolvimento é de expandir os seus mercados e as ideologias assentadas na exploração. Ainda assim, se compreende que os países do Norte global contribuem de forma indireta para o fomento da instabilidade nos países africanos e não apenas no contexto geral que englobam nações que se consideram de terceiro mundo (PAUTASSO, 2013).

Conforme a ideia de Tomazini (2017), nota-se que a política de ajuda e desenvolvimento está diretamente ligada com as relações internacionais, dialogam e funcionam na mesma perspectiva, antes das negociações já tinham na ideia os ganhos calculados através das relações diplomáticas alicerçadas nos pactos entre as autoridades africanas, ou melhor dizendo, líderes de cada países africanos que faziam a maioria dos tratados e outros acordos comerciais em seus benefícios familiares e partidários em vez de torná-las em proveito da sociedade para suprimir as carências das infraestruturas estatais e minimizar as mazelas enfrentadas pelo povo.

Vale sublinhar que, por meio destas relações internacionais possibilitam com que os países ditos do primeiro mundo continuassem explorando alguns países da África e insistindo com a ideia de levar o desenvolvimento para as nações africanas, endividando e empurrando para o terceiro milênio e carregando os indícios dos tempos precedentes.

Nesta idêntica concepção Torres (1998, p. 2), reforça no que diz respeito a essa situação que:

Em primeiro lugar, a dívida externa de muitos países constitui um fardo que, no estado atual das coisas, é inútil pensar que se resolverá por si só ou com a aplicação de medidas ditas de "ajustamento estrutural", pelo menos da forma como estas são impostas pelas instituições internacionais.

De modo geral, seguindo a ideia do Cardoso (2017), apontou que a organização do sistema internacional foi constituído depois da Segunda Guerra Mundial, em que a noção do desenvolvimento foi regularizado e aplicado no contexto das nações não industrializadas, encaradas como objetos de sistema de ajuda/cooperação para o desenvolvimento” e as crises que hoje em dia os países africanos se encontram surgem através dessas cooperações internacionais entre os países hegemônicos doadores do centro global e as nações que recebiam apoios financeiros, ou seja, “recipiendários”.

Durante este período, o conceito do desenvolvimento foi utilizado e direcionado para os países não industrializados do Sul global, sobretudo os países africanos que não possuem capital relevante e com maior número de população composta por camponeses com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) considerados baixos e com enorme dependência econômica e financeira das organizações internacionais através das cooperações interestatais e intercontinentais onde a maioria dos povos dessas nações sobrevivem das práticas agrícolas e outras atividades rentáveis para o sustento de todos.

Neste sentido, através do caminho percorrido ao longo dos séculos no qual pode-se perceber o capitalismo como uma economia global, ou seja, um sistema econômico com uma convicção assentada na propriedade privada com o intuito de concentração de lucros, que possui grandes empresas multinacionais que operam nos países do Sul global especialmente nas nações africanas e os países da América Latina, como no caso específico de Argentina e Brasil sendo uma das nações em vias de desenvolvimento com grande poder econômico mediante os seus produtos agrícolas e minerais produzidos em grande quantidade para a exportação (HIRST et al. 2009). No caso dos países africanos essa cooperação poderia ter impacto positivo para vários setores, contudo com a má governação dificulta o desenvolvimento desejado, uma vez

que os governantes que detêm mais influências em distintas instituições estatais com cooperação em inúmeros sectores por razões de enorme corrupção e do incumprimento dos princípios democráticos e constitucionais que os líderes africanos praticam quando estão no poder, possibilitando dessa forma, tensões sociais que colocam o povo em situações de vulnerabilidade (DUPAS, 2005).

Sendo assim, Sérgio Luiz (2013, p.49) afirma que:

O Brasil tem firmado uma série de acordos com países africanos, especialmente os localizados na costa ocidental do continente. Além das áreas econômica, política e tecnológica, a cooperação tem se dado, também, no campo da segurança e defesa.

No que concerne a esta ideia, no âmbito de cooperação Sul-Sul, se percebe que na década de 1970 sobretudo após a Guerra Fria esta assistência entre países do Sul teve mais impactos positivos, ou seja, ganhou mais força e visibilidade neste período, e o Brasil tem realizado muitos acordos comerciais e não somente, no âmbito de segurança, educação, saúde e entre outras parcerias em vários vertentes com os países africanos.

De acordo com Analúcia Danilevicz:

O Atlântico Sul é responsável por interligar a América do Sul à África, mas é, sobretudo, um espaço estratégico para trocas políticas, técnicas e comerciais entre os dois continentes. Historicamente considerada uma região de comércio entre Europa, América Latina e África, o Oceano retoma sua importância geoeconômica e geopolítica devido a seus recursos naturais, bem como à virada da geografia política em direção ao Sul (PEREIRA, 2013, p.33).

Nesta acepção, constata-se que além da aproximação que o Brasil já tinha com a África desde o período colonial e, com esta cooperação possibilitou a reaproximação do Brasil e de grosso modo os países da América do Sul com a África em que a nação brasileira se destaca mais entre vários países deste vasto continente em termos de cooperação para o desenvolvimento em inúmeros setores, principalmente na área de defesa mediante a passagem no Atlântico Sul como um elo de desenvolvimento econômico e geopolítica e como ponto estratégico de negócios, laços de amizade etc.

Lopes (2020), diz que o conhecimento sobre os impactos ambientais transformou-se mais ampliado o cenário de realizar uma transformação mais sustentável e inclusiva, com o propósito de desassociar o uso dos recursos, incluindo naturais e do impacto ambiental para o processo de desenvolvimento econômico. Para os africanos que estão recentemente neste processo, a transformação estrutural para eles, constitui uma revolução no sector agrícola e é muito importante para o crescimento da produtividade nas zonas rurais, com centros de agronegócios interligados à produção industrial, isso é um avanço significativo para a África.

Uma vez que, a saída em massa dos jovens africanos para o estrangeiro é uma das razões para a perda do rendimento demográfico, visto que, se nota neste processo que o próprio continente perde com essa imigração da juventude com enormes potenciais que podem trazer inovações para diversas áreas e contribuir para o avanço significativo que o continente almeja a muito tempo. Além disso, é necessário repensar as políticas de transformação estrutural das sociedades africanas, para evitar a importação dos modelos que podem não se adequar às realidades locais, evitando o aumento das desigualdades anteriormente existentes.

Considerações finais

Levando-se em consideração essas diferentes concepções discutidas no trabalho, concluímos que, de certa forma, no campo das relações internacionais não de forma genérica, todavia refere algumas informações abordadas neste campo de estudo particularmente no contexto Norte-Sul, mas centralizando a nossa análise em alguns países em África. Em que ocorre a assinatura de acordos de cooperação internacional desenvolvidos por governos e organizações que criam programas que visam conter os problemas que existem em várias sociedades e países em distintos continentes.

Assim, essa cooperação e relações internacionais são entendidas como espaços não apenas de criação e fortalecimento de laços de assistência bilateral e multilateral, mas sim, se desenvolvem nos âmbitos de competência com a finalidade de contribuir na elaboração das políticas para diversas áreas especialmente mais necessárias que são concretizadas através de programas, projetos e outros tipos de iniciativas entre países com fronteiras em comum e de diferentes continentes em que as relações ocorrem por meio da comunicação e troca de experiências e ajuda ao desenvolvimento entre nações mais avançadas que prestam apoios em vários setores aos países que têm renda baixa e que enfrentam crises socioeconômicas etc.

A nova estratégia da política chinesa com países africanos têm apresentado outra dinâmica diferente, por isso chamou muita atenção das potências na Europa e os EUA sobre o papel que a China está a desempenhar no continente e investindo em muitas áreas como vimos anteriormente. E atualmente a China está mais investindo em infraestruturas e em outras áreas em troca de vários recursos naturais. Salienta-se que o país possui 42 embaixadas no continente atrás dos EUA com 46 e a Rússia com 45 na África. Enquanto que os EUA que têm mais investido nas bases militares para conter o terrorismo frequente em alguns países africanos para buscar a influência na política internacional e para ter acesso ao petróleo.

Por outro lado, nas relações internacionais no contexto da cooperação Norte-Sul, com principal foco em alguns países africanos, percebe-se que os conflitos que se verificam atualmente nos países africanos é o resultado da fragilidade econômica, política, social e a perda da identidade africana, estes e outras são uma das causas que estão gerando divergências e estas mesmas situações que estão ameaçando a paz e a democracia no continente africano, de outro lado, repara-se que são os vestígios negativos deixados pelo colonialismo.

Obviamente, pode-se dizer que nenhuma cooperação é má, não obstante, depende como esta foi assinada pelos ambos em negociações. Sendo que nessas relações o intuito de cada nação é ter ganhos para o seu interesse nacional e muitas vezes os que saem em desvantagem é o resultado do acordo assinado sem conhecer futuras consequências. Por isso que é necessário conhecer e refletir sobre as vantagens de longo e curto prazo antes de assinar tratados em vários domínios que poderão colocar qualquer nação em situação de dívidas, conflitos, instabilidades políticas e governativas e de crises socioeconômicas.

Em outras situações, a política das relações internacionais possibilitou a expansão do neoliberalismo em parte do universo e do capitalismo com a sua lógica de acumulação primitiva dos lucros que muitas vezes são rendimentos das mãos de obras baratas ou precárias que em muitos países africanos isso é muito observado. De fato, diante destes cenários muitos países do Sul em particular africanos em seus governos acabam encarando entraves e não tendo controle efetivo dos seus territórios e a população no âmbito nacional por razões das imposições dos organismos internacionais e da “agenda liberalizante”.

Portanto, as dívidas externas que a maioria dos países têm e principalmente as nações africanas será difícil estas serem liquidadas, se no caso os mesmos governantes continuassem com a mesma política, baseada na expropriação dos bens públicos para fins privados e partidários, visto que os países desenvolvidos e os organismos internacionais jamais queriam enxergar os países africanos independentes dos débitos. Nesse sentido, a cooperação sino-africana se fortalece cada vez mais, já que a China além de não interferir nos assuntos políticos internos dos países africanos, têm baixo custo de empréstimos e acesso ao capital.

A China tem conquistado muita confiança dos governantes africanos por motivos do seu princípio da não interferência interna e somente dedicar aos negócios sem levar em contas as questões morais. Aliás, o gigante asiático está investindo em vários projetos sociais em alguns países africanos e fazendo empréstimos de baixo custo e permitindo o acesso ao capital do seu

banco para financiar projetos em troca de recursos naturais, como minérios, matérias primas, petróleo observados nos países africanos.

Por este motivo, pode-se afirmar que essas são algumas vantagens que os países africanos observam na cooperação com a China ao contrário dos EUA e outras potências europeias além de interferirem de forma indireta nos assuntos políticos internos, colocam algumas nações em situações de dependência econômica e financeira dos organismos internacionais que dispõem fins de “destruição criativa”, dominam e governam de uma forma indireta e subjagam essas nações consideradas periféricas que têm economia pouco desenvolvidas por meio da exploração enorme dos recursos naturais irregularmente.

Referências bibliográficas

ADAM, Gabriel Pessin; SCHUTZ, Nathaly Xavier. Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 6, n. 2, 2019.

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. **Austral: revista brasileira de estratégia e relações internacionais**, v. 2, n. 4, p. 49-71, 2013.

ALVES, AGMP. **Os interesses econômicos da China na África**. Boletim de economia e política internacional, Rio de Janeiro, n. 1, p. 25-31, 2010.

CARDOSO, Fernando Jorge. O Desenvolvimento sem Norte nem Sul. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 13-30, 2017.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

DUPAS, Gilberto. Nova ordem global e a política: o espaço da periferia. En: **Seminário Internacional REGGEN: Alternativas Globalização** (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponible en la World Wide Web: <http://> <https://bit.ly/2BGqOBW>

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. Crítica y Emancipación, (2): 157-183, primer semestre 2009.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Zahar, 2002.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais** / Fred Halliday; tradução de Cristina Soreanu Pecequilo; consultoria técnica da tradução de Paulo Fagundes Visentini. - 2.ed. -Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HIRST, M.; ANTONINI, B. **Passado e presente da cooperação norte-sul para o desenvolvimento**. Buenos Aires: Ministerio das Relacoes Exteriores, Comercio Internacional e Culto da Argentina, 2009.

LOPES, Carlos. A transformação estrutural através da industrialização. In: Lopes, Carlos. **África em Transformação: Desenvolvimento económico na era da dúvida**. Tradução: Myriam Zaluar. Revisão e composição: Tinta-da-china. Capa: Tinta-da-china (P. Serpa). 1a edição: Março de 2020. Capítulo 5, p. 93-112.

MADEIRA, João Paulo. **O dragão abraça África: relações Cabo Verde-China**. 2017.

MILANI, Carlos. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. SOUZA, André de Melo. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**, Brasília (DF): **Ipea**. Capítulo, v. 2, p. 33-56, 2014.

PAUTASSO, Diego. China e Brasil na África Subsaariana e a retomada da questão nacional. **Tensões Mundiais**, v. 9, n. 17 jul/dez, p. 61-82, 2013.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 2, n. 4, p. 33-47, 2013.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2010.

RYSDYK, Janaína. **A política externa chinesa para a África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria**. 2010.

SOUZA, André de Mello et al. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. 2014.

TOMAZINI, Rosana Correa. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p.

TORRES, Adelino. Desenvolvimento africano e cooperação. **Cadernos de Economia**, p. 42-49, 1998.